

Trabalho Apresentado no “4º Congresso Internacional GOVERNO, GESTÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO EM ÂMBITO LOCAL FRENTE AOS GRANDES DESAFIOS DE NOSSO TEMPO”

Título: RESPONSABILIDADE SOCIAL: Um modelo de Gestão Responsável para a Fundação João Pinheiro

Eixo Temático 6: Modernização dos Governos e Inovação Administrativa

Autoras:

Michelle Queiroz Coelho
Mestre em Administração
Trilha Soluções em Responsabilidade Social (Consultora da Fundação João Pinheiro)

Helena Maria Gomes Queiroz
Doutora em Educação
Trilha Soluções em Responsabilidade Social (Consultora da Fundação João Pinheiro)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de uma metodologia de Gestão Responsável no contexto da Fundação João Pinheiro, desenvolvida a partir da ISO 26.000 e da ABNT 16.001, respectivamente referências internacionais e nacionais em Responsabilidade Social. O capítulo do referencial teórico apresenta o entendimento da importância gerencial do tema - ABNT 16001, ISO 26.000 e PNQ/MEG, bem como a relevância acadêmica destacando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa. Foi realizado um estudo de caso na Fundação João Pinheiro. A Política de Responsabilidade Social é composta por 07 Programas e 17 Projetos, abordando os seguintes temas: Governança, Direitos Humanos, Práticas de Trabalho, Meio Ambiente, Práticas Leais de Operação, Questões Relativas ao Consumidor e Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade. Esta política contribui para que a Fundação João Pinheiro consolide seu posicionamento institucional como referência nacional e internacional, não apenas como instituição de ensino, mas como organização pública.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Fundação João Pinheiro. ISO 26.000. NBR 16.001

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo geral, apresentar o desenvolvimento de uma metodologia de Gestão Responsável no contexto da Fundação João Pinheiro, desenvolvida a partir da ISO 26.000 e da ABNT 16.001, respectivamente referências internacionais e nacionais em Responsabilidade Social.

A Fundação João Pinheiro, ao desenvolver uma Política de Responsabilidade Social, está alinhada ao que existe de mais atual no mundo, a ISO 26.000 e no Brasil, a ABNT 16.001.

Destaca-se, ainda, que a adesão a esta forma de gestão está alinhada ao MEG, Modelo de Excelência em Gestão, além do PNQ – Prêmio Nacional da Qualidade, sobretudo em relação ao Critério 4, Sociedade. Isto significa que a Fundação João Pinheiro estará também alinhada ao que existe de referência brasileira em gestão, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

A questão da responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior – IES, ganha grande relevância, com a operacionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - instituído pela Lei nº 10.861 de 14.04.2004 e regulamentado pela Portaria nº 2.051 de 09.07.2004, que avalia, no seu Eixo 3, a responsabilidade social da Instituição.

A Fundação João Pinheiro, ao desenvolver um Programa focado na Escola de Governo, dentro da Política de Responsabilidade Social, contribui para o atendimento dos requisitos do SINAES, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 - Ministério da Educação.

Enfim, considerando a perspectiva gerencial e acadêmica, acreditamos que a Fundação João Pinheiro, ao desenvolver uma Política de Responsabilidade Social, consolidará seu posicionamento institucional como referência nacional e internacional, não apenas como instituição de ensino, mas como organização pública.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

É importante neste estudo apresentar os conceitos que os diversos autores trazem sobre responsabilidade social (RS) das organizações. Percebe-se que no início, o conceito de responsabilidade social era atribuído apenas para as empresas. Os estudos desenvolvidos nos últimos anos ampliam a discussão da responsabilidade social para todos os tipos de organização – empresas, organizações públicas e organizações sem fins lucrativos. Destaca-se no Quadro 1, abaixo, a opinião de autores acerca do tema:

Quadro 1 - Conceitos de Responsabilidade Social

Autores	Conceito RS
(Lunheim, 2002)	Responsabilidade Social Corporativa significa a tentativa de sistematizar os aspectos social e cultural em suas operações, incluindo as questões relacionadas aos direitos humanos, ao trabalho e às relações comunitárias e relações fornecedores / consumidores
(Almeida, 1999)	Responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade de vida de seus empregados e de sua família, da comunidade local e da sociedade como um todo
(Toldo, 2002, p. 101)	A responsabilidade social resgata a função social da organização, que consiste na promoção e na qualidade das ações dos públicos de relação com práticas que respeitam as pessoas, a comunidade e o meio ambiente, para a construção de uma sociedade mais justa e qualitativamente melhor para a vida humana
(Ashley, 2001, p. 6)	Responsabilidade social é o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade, de modo específico, trabalhando proativamente e coerentemente no que diz respeito a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela
(Bowen, 1957)	A obrigação do dirigente de adotar políticas, tomar decisões e acompanhar linhas de ação desejáveis segundo os objetivos e valores da sociedade
(Oliveira, 1984, p. 205)	Responsabilidade social é a capacidade da organização de colaborar com a sociedade, considerando seus valores, normas e expectativas para o alcance de seus objetivos

Fonte: adaptado pelas autoras a partir de vários autores

A correta prática da RS pode melhorar o desempenho e a sustentabilidade a médio e longo prazos da organização, proporcionando algumas vantagens, tais como: valor agregado à imagem empresarial; motivação dos funcionários; boa relação com fornecedores; facilidade no acesso ao capital e financiamento; mobilização de recursos disponíveis da empresa, sem necessariamente implicar custos adicionais; melhor relação com o governo; melhoria do clima organizacional e vantagem competitiva, conforme os autores (Martinelli, 1997), (Melo Neto e Froes, 1999), (Alves, 2003) e (Orchis, Yung e Morales, 2002).

Portanto, o movimento crescente em direção a RS tem sido incentivado por pressões de diversas naturezas. Se, de um lado, tende a trazer muitos benefícios sociais, de outro lado, se desencadeado de maneira não planejada, pode ser danoso para a imagem das organizações, pelo fato de criar excesso de expectativas por parte dos diversos grupos de *stakeholders* (públicos de relacionamento). Faz-se necessário que o caminho da responsabilidade social seja pensado de acordo com a estratégia global da organização (Coutinho e Macedo-Soares, 2002).

A visão de que a responsabilidade social se aplica a todas as organizações surgiu conforme diferentes tipos de organizações, e não apenas as do mundo empresarial, reconheceram que também tinham responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, em dezembro de 2010, foi lançada no Brasil, a ABNT NBR ISO 26.000 que apresenta diretrizes sobre responsabilidade social. (ISO 26.000, 2010)

A ISO 26.000, foi elaborada pelo *Working Group on Social Responsibility* (ISSO/TMB), por meio de um processo *multi-partite* que envolveu especialistas de mais de 90 países e 40 organizações internacionais ou com ampla atuação regional envolvidas em diferentes aspectos da responsabilidade social. Estes especialistas vieram de seis diferentes grupos: trabalhadores, consumidores, indústria, governo, ONGs, pesquisa, academia e outros. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como um equilíbrio entre gêneros na elaboração dos grupos. (ISO 26.000, 2010)

A ISO 26.000 visa ser útil para todos os tipos de organizações nos setores privado, público e sem fins lucrativos, sejam elas grandes ou pequenas, com operações em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Embora nem todas as partes desta Norma tenham a mesma utilidade para todos os tipos de organizações, todos os temas centrais são relevantes para todas as organizações.

Esta Norma não é uma norma de sistema de gestão. Não visa nem é apropriada para fins de certificação ou uso regulatório ou contratual. Os temas centrais e questões identificados nesta Norma, como mostra o Quadro 2, a seguir, refletem a visão atual de boas práticas.

Como a norma internacional não tem caráter de certificação, outros países no mundo estão desenvolvendo suas próprias normas nacionais com propósito de certificação à luz da ISO 26.000. Neste contexto, o Brasil apresenta a nova ABNT NBR 16.001 e se destaca novamente como um dos primeiros no mundo a adotar essa prática.

Lançada em agosto de 2012, a NBR 16.001, aplica-se a todos os tipos e portes de organizações, adequando-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais brasileiras. O atendimento aos requisitos desta Norma não significa que a organização seja socialmente responsável, mas sim que possui um sistema de gestão da responsabilidade social. (NBR 16.001, 2012)

Esta Norma está fundamentada na metodologia conhecida como PDCA (*Plan – Do – Check – Act* ou planejar, fazer, verificar e agir) que significa: Planejar: estabelecer os objetivos e processos necessários para se produzirem resultados em conformidade com a política da responsabilidade social da organização; Fazer: implementar os processos; Verificar: monitorar e medir os processos em relação à política de responsabilidade social e aos objetivos, metas, requisitos legais e outros, e reportar os resultados; Agir: Tomar ações para melhorar continuamente o desempenho ambiental, econômico e social do sistema de gestão. (NBR 16.001, 2012)

A NBR 16.001 também se apoia nos temas centrais e questões destacadas no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Temas Centrais e Questões de Responsabilidade Social

TEMA CENTRAL		QUESTÕES	
1º	Governança Organizacional	Questão	Especificação
2º	Direitos humanos	1	<i>Due diligence</i>
		2	Situações de risco para os direitos humanos
		3	Evitar cumplicidade
		4	Resolução de queixas
		5	Discriminação e grupos vulneráveis
		6	Direitos civis e políticos
		7	Direitos econômicos, sociais e culturais
		8	Princípios e direitos fundamentais no trabalho
3º	Práticas de Trabalho	1	Emprego e relações de trabalho
		2	Condições de trabalho e proteção social
		3	Diálogo social
		4	Saúde e segurança do trabalho
		5	Desenv. humano e treinamento no local de trabalho
4º	Meio Ambiente	1	Prevenção da poluição
		2	Uso sustentável de recursos
		3	Mitigação e adaptação às mudanças climáticas
		4	Proteção do meio ambiente e da biodiversidade e restauração de habitats naturais
5º	Práticas leais de operação	1	Práticas anticorrupção
		2	Envolvimento político responsável
		3	Concorrência leal
		4	Promoção da responsabilidade social na cadeia de valor
		5	Respeito ao direito de propriedade
6º	Questões relativas ao consumidor	1	<i>Marketing</i> leal, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas
		2	Proteção à saúde e segurança do consumidor
		3	Consumo sustentável
		4	Atendimento e suporte ao consumidor e solução de reclamações e controvérsias
		5	Proteção e privacidade dos dados do consumidor
		6	Acesso a serviços essenciais
		7	Educação e conscientização
7º	Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade	1	Envolvimento da comunidade
		2	Educação e cultura
		3	Geração de emprego e capacitação
		4	Desenvolvimento tecnológico e acesso às tecnologias
		5	Geração de riqueza e renda
		6	Saúde
		7	Investimento social

Fonte: adaptado pelas autoras a partir da ISO 26.000 e NBR 16.001

O conceito de responsabilidade social adotado neste estudo é o apresentado pela (ISO 26.000, 2010) e pela (NBR 16.001, 2012), como sendo:

Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.

Reforçando a importância do tema, no Brasil, em 1992, foi criado o Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), sob a administração da então denominada Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (FPNQ). O PNQ tem como referência o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), cuja característica mais importante é a de ser um modelo sistêmico. Um dos onze fundamentos da excelência do MEG é a Responsabilidade social que se expressa como:

Atuação que se define pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais ela se relaciona, estando voltada para o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras; respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais como parte integrante da estratégia da organização. (FNQ, 2008, p.7)

O critério 4 do MEG, é “Sociedade”, que aborda os processos gerenciais relativos ao respeito e tratamento das demandas da sociedade e do meio ambiente e ao desenvolvimento social das comunidades mais influenciadas pela organização. (FNQ, 2008)

No âmbito acadêmico, destacamos a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior (IES). A referida Lei estabelece dez dimensões de avaliação das IES, são elas: a missão e o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional; a política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e a extensão; responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e a gestão da instituição; infraestrutura física; planejamento e avaliação; política de atendimento ao estudante; sustentabilidade financeira. (SINAES, 2004)

A terceira dimensão do SINAES indica três campos de atuação da responsabilidade social para as IES:

A responsabilidade social da instituição, considerada no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. (SINAES, 2004)

Há que se destacar, também, a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, aprovada pela Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012, do Ministério da Educação. A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (MEC, 2013)

Do ponto de vista das atuais autoridades educacionais do país o conceito de responsabilidade social pouco tem a ver com a definição apresentada pela ISO 26.000 e pela NBR 16.001. Pesquisa realizada por (Queiroz, 2013), no Curso de Administração de três Instituições de Ensino Superior, em Belo Horizonte, permite confirmar que a responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior é percebida por meio dos projetos de extensão com as comunidades e que os critérios de avaliação adotados no SINAES são insuficientes para analisar a responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior.

Para (Vallaey, 2006), a responsabilidade social da educação superior, ao ser focada como princípio e valor e que deve balizar as práticas acadêmico-gerenciais das IES, exige coerência ética entre o discurso e a prática institucional. Nesse sentido, de acordo com o autor, ganha importância a contínua observância do chamado “currículo oculto”. De que adianta ensinar defesa do meio ambiente se a Instituição não possui estratégia de reciclagem do lixo produzido? De que adianta ensinar democracia e participação se muitas vezes não há espaços de participação, não somente para alunos, mas também para professores e colaboradores? De que adianta ensinar respeito aos direitos das pessoas com necessidades especiais, se a Instituição não desenvolve ações específicas de

inclusão social, que começam pela adaptação da infra-estrutura para as cadeiras de rodas?

Para (Sordi, 2005), responsabilidade social não tem “hora e nem local próprio para ser praticada”. Percorre de “ponta a ponta” o sistema educacional e ninguém, em instância alguma, pode deixar de trabalhar de forma coerente com o conceito. Para falar de responsabilidade social externa, há que se exercitar a responsabilidade social interna para que a instituição se mostre coerente perante aos seus estudantes.

Nesse sentido, (Queiroz, 2013), apresenta uma proposta de diretrizes de responsabilidade social para as Instituições de Ensino Superior, que contemple não somente as ações que as Instituições de Ensino Superior praticam com sua comunidade, via extensão ou não, como também, todas as atividades que elas praticam com os outros públicos que se relaciona, como alunos, fornecedores, funcionários administrativos, professores e o governo.

Quadro 3 – Aplicação da ISO 26.000 para o Ensino Superior

TEMA DA ISO 26.000		APLICAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR
1º	Governança Organizacional	Criar canais de comunicação interna (intranet, mural) e externa (site, jornais, folders), bem como seminários semestrais divulgando as ações de responsabilidade social da Instituição para os funcionários, alunos, professores, fornecedores, governo e comunidade
2º	Direitos humanos	Promover seminários sobre o tema convidando para dialogar representantes de grupos sociais como: mulheres, negros, homossexuais, pessoas com deficiência, recuperados de álcool ou droga e outros
3º	Práticas de Trabalho	Criar uma comissão composta por diretoria, funcionários administrativos, professores e funcionários terceirizados para implementar uma política de saúde e segurança
4º	Meio Ambiente	Criar mecanismos para uso mínimo de energia e água, compartilhando informações e realizando campanhas de sensibilização com alunos, professores e funcionários sobre o uso adequado dos recursos
5º	Práticas leais de operação	Elaborar editais para os processos de compras de bens materiais e patrimoniais, com a máxima transparência possível, independente de exigência legal, como é o caso de instituições de ensino superior públicas
6º	Questões relativas ao consumidor	Incluir na matriz curricular de todos os cursos da Instituição, uma disciplina obrigatória que aborde a responsabilidade social
		Criar um Núcleo de Pesquisa em responsabilidade social
7º	Envolvimento e Desenvolvimento com a Comunidade	Criar a Semana da Cidadania promovendo o intercâmbio entre a comunidade acadêmica e a comunidade do entorno

Fonte: adaptado pelas autoras a partir de (Queiroz, 2013)

Para que a Instituição de Ensino Superior tenha uma gestão responsável, integrada com todos os públicos de relacionamento, a proposta apresentada pela autora baseia-se nas diretrizes para a responsabilidade social, apresentadas pela ISO 26.000. Das 53 possibilidades de ações apresentadas no estudo, o Quadro 3, na página anterior, apresenta apenas um exemplo para cada tema central da norma, como indicações para que a Instituição de Ensino Superior exerça, além de um ensino responsável, uma pesquisa responsável e uma extensão responsável, também uma gestão responsável com todos seus *stakeholders*.

2.2 Metodologia

Para atender ao objetivo deste estudo, foi realizada uma pesquisa do tipo aplicada, com abordagem qualitativa. Quanto aos meios de pesquisa, foram utilizados a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, realizado na Fundação João Pinheiro.

A Fundação João Pinheiro é uma entidade do Governo de Minas Gerais, referência nacional em estatística e informações, pesquisas históricas, econômicas e demográficas, desenvolvimento humano, segurança e criminalidade, desenvolvimento urbano, ensino e pesquisa em administração e administração pública. Instituída pela Lei nº 5.399, de 12/12/1969, a Fundação tem suas atividades distribuídas em quatro unidades: Centro de Estatística e Informações, Centro de Estudos de Políticas Públicas, Centro de Pesquisas Aplicadas e Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho. (FJP, 2013)

O desenvolvimento da metodologia de Gestão Responsável no contexto da Fundação João Pinheiro, foi realizado em três etapas. Na primeira, foi realizado um diagnóstico inicial, com um conjunto de perguntas direcionadas para cada um dos sete temas centrais da ISO26.000/ABNT16.001.

A partir da realidade da instituição, sugerimos diretrizes para os projetos que iriam compor cada um dos 07 programas da Política. A segunda etapa foi o Planejamento Participativo, para validar estas diretrizes apresentadas. Para estimular o envolvimento de todos, realizamos apresentações das diretrizes que

nortearam a proposta para a Política, para estudantes, professores e colaboradores da Fundação.

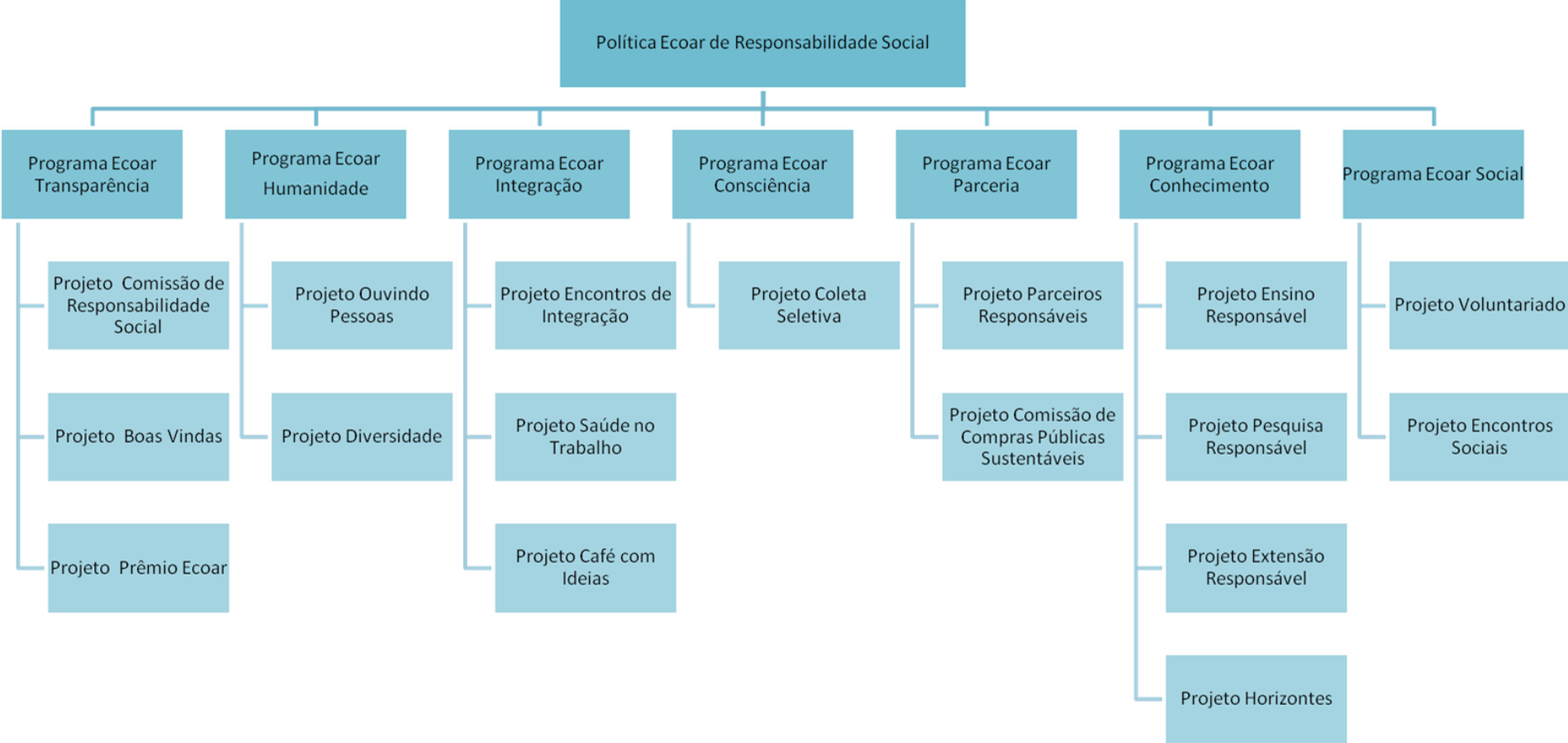
Neste momento, todos puderam contribuir, apresentando suas sugestões. Foram envolvidas mais de 300 pessoas, aproximadamente, entre colaboradores, pesquisadores e estudantes. Um dos produtos desta reflexão coletiva foi a redução do número de projetos de 20 para 17, destacando a prudência da equipe frente ao desafio inovador proposto.

A partir da incorporação de várias sugestões obtidas na etapa de Planejamento Participativo chegamos à versão final da Política de Responsabilidade Social ECOAR, apresentada no tópico a seguir.

2.3 Apresentação da Política Ecoar

A Política de Responsabilidade Social, validada na etapa de Planejamento Participativo, foi aprovada com 07 Programas e 17 Projetos, conforme Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Política Ecoar de Responsabilidade Social



Fonte: elaborado pelas autoras

Vale destacar o trabalho da Comunicação da instituição que propôs a identidade visual para a Política Ecoar de Responsabilidade Social, conforme Figura 2, abaixo.

Figura 2 – Logo da Política Ecoar



Fonte: elaborado pela Área de Comunicação da FJP

Além da logo da Política Ecoar, a Área de Comunicação da Fundação João Pinheiro, juntamente com a Comissão de Responsabilidade Social, elaborou logos para os sete programas da política, conforme Figura 3, abaixo.

Figura 3 – Logos dos Programas da Política Ecoar



Fonte: elaborado pela Área de Comunicação da FJP

Para cada um dos dezessete projetos, foram elaborados o PDCA e Plano de Ação. Neste artigo, apresentam-se apenas as linhas centrais de atuação definidas por Projeto.

PROGRAMA ECOAR TRANSPARÊNCIA:

1. *Projeto Comissão de Responsabilidade Social:* Continuidade do trabalho já realizado desde o final de 2012, com reuniões quinzenais para planejamento, execução e avaliação da Política de Responsabilidade Social.
2. *Projeto Boas-Vindas:* Sensibilização de novos estudantes e novos colaboradores para a Política de RS e formas de participação.
3. *Projeto Prêmio Ecoar:* Reconhecimento da atuação responsável de colaboradores e parceiros. (Obra de arte produzida por projeto social).

PROGRAMA ECOAR HUMANIDADE:

4. *Projeto Ouvindo Pessoas:* Criação de e-mail para stakeholders; Capacitação de pessoa referência para eventuais demandas presenciais.
5. *Projeto Diversidade:* Calendário temático de palestras ligadas à inclusão de pessoas com deficiência, mulheres, negros, dentre outros considerados “grupos vulneráveis”.

PROGRAMA ECOAR INTEGRAÇÃO:

6. *Projeto Café com Ideias:* Encontros trimestrais entre representantes de cada área e Diretorias para estimular a Gestão Participativa.
7. *Projeto Saúde no Trabalho:* Planejamento de atividades como sala de convivência, ginástica laboral, ergonomia e alimentação saudável; Inclusão de Práticas do Ambiente como Anti-tabagismo.

8. *Projeto Encontros de Integração*: Encontros mensais sobre a temática de Responsabilidade Social abertos à participação de todos os colaboradores.

PROGRAMA ECOAR PARCERIA:

9. *Projeto Comissão de Compras Públicas Sustentáveis*: Capacitação da Comissão; Planejamento e sistematização das compras; Criação de catálogo para registro.

10. *Projeto Parceiros Responsáveis*: Seleção de parceiros públicos, privados e/ou não-governamentais para realização de cursos e palestras em Gestão Responsável, promovendo o tema em sua esfera de influência.

ECOAR CONHECIMENTO – ESCOLA DE GOVERNO:

11. *Projeto Ensino Responsável* : Acompanhamento da criação de uma disciplina que aborde a Responsabilidade Social na matriz curricular do curso de graduação da Escola de Governo; Palestra para todos os professores apontando oportunidades de integração da Responsabilidade Social em diferentes áreas: Marketing, Suprimentos, Finanças, etc, favorecendo a integração curricular.

12. *Projeto Pesquisa Responsável*: Criação da “Revista Ecoar” com a publicação eletrônica de artigos científicos, reportagens e práticas dos estudantes e professores sobre responsabilidade social; Criação de um acervo eletrônico na Biblioteca com publicações e informações sobre responsabilidade social.

13. *Projeto Extensão Responsável*: Aproximação dos estudantes com a comunidade local. Parceria inicial com a Associação dos Catadores da Pampulha para contribuição do corpo acadêmico com a gestão da organização. Integração com iniciativas já articuladas pela FJP Júnior – Núcleo Social e D.A , como exemplo o “Fica Ativo”.

ECOAR CONHECIMENTO – CENTROS DE PESQUISA:

14. *Projeto Horizontes:* Para cada pesquisa, além do cliente principal, existem outros stakeholders que compõem o horizonte de interesse em relação ao tema. A proposta é mapear os públicos por pesquisa e planejar os mecanismos de engajamento com cada parte interessada afim de ampliar a democratização da informação gerada.

PROGRAMA ECOAR CONSCIÊNCIA:

15. *Projeto Coleta Seletiva:* Elaboração do Guia da Coleta Seletiva; Adequação da infra-estrutura; Capacitação da Equipe de Limpeza; Aproximação da Associação de Catadores local.

PROGRAMA ECOAR SOCIAL:

16. *Projeto Encontros Sociais:* Mapeamento das organizações sociais de entorno; Realização de encontros periódicos (conhecimento, interlocução, oportunidades de parceria, etc).

17. *Projeto Voluntariado:* Pesquisa interna de voluntariado; Valorização das práticas através do mural “Bom Exemplo”; Fomento a novas oportunidades de atuação no entorno.

A partir do segundo semestre de 2013, a Política Ecoar será implementada, colocando em prática o PDCA dos 17 projetos aqui apresentados.

3. CONCLUSÃO

A Política ECOAR contribui para que a Fundação João Pinheiro consolide seu posicionamento institucional como referência nacional e internacional, não apenas como instituição de ensino, mas como organização pública.

Além disso, reforça sua crença de que formar tecnicamente gestores públicos é tão importante quanto formar cidadãos conscientes, agentes de transformação na luta pela construção de um país que longe da perfeição possa ser pelo mais justo.

Merece destaque ainda a importância de um bom diagnóstico e do envolvimento de centenas de pessoas na etapa de Planejamento Participativo, conferindo legitimidade ao processo de construção democrática dos 07 programas e 17 projetos.

Apesar de não ter sido possível aprofundar, reforçamos ainda a importância do registro da metodologia que está sendo feita pela equipe da Trilha em parceria com cada membro da Comissão de Responsabilidade Social. Para cada projeto proposto existe uma pasta que contém não apenas o PDCA e Plano de Ação com as diretrizes de planejamento, execução, avaliação e refinamento, mas também o controle de todos os registros, tais como fotos, listas de presença, questionários, dentre outros. Isto permite dentro outros resultados, a criação de uma memória para a instituição e a própria democratização da produção do conhecimento.

É importante reconhecer que toda pesquisa apresenta limitações e, sobretudo no caso de uma iniciativa pioneira, os resultados não podem ser generalizados. Apontamos como sugestão de pesquisas futuras: A avaliação da etapa de implementação dos projetos propostos, identificando a capacidade de execução, bem como oportunidades de melhoria para as diversas práticas; uma nova pesquisa avaliando a aplicação deste modelo em outras instituições, permitindo a análise de interpretações diferenciadas das normas ISO 26.000 e ABNT 16.001.

Finalmente vale destacar que é preciso continuar nesta busca de investigação, analisando metodologias capazes de ampliar a produção do conhecimento em gestão responsável, área que vem construindo e consolidando seus paradigmas próprios.

REFERÊNCIAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (2010). NBR ISO 26.000. Diretrizes sobre Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: ABNT.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (2012). NBR 16.001. Responsabilidade Social – Sistema de Gestão - Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT.
- Alves, Elvisney A (2003). Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. RAUSP - Revista de Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 37-45, jan./mar.
- Ashley, P. A (2001). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva.
- Bowen, Howard R. (1957). Responsabilidades sociais do homem de negócios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. (2004). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília. Acessado em 7 de agosto de 2013 de:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm.
- Ministério da Educação (2012). Resolução nº 2 de 15 de Junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Acessado em 10 de setembro de 2013 de:
<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>

Coutinho, R. B. G; Macedo-Soares, T. Diana L. V. (2002). Gestão Estratégica com Responsabilidade Social: Arcabouço Analítico para Auxiliar sua Implementação em Empresas no Brasil. RAC - Revista de Administração Contemporânea, São Paulo, v.6, n.3, p.75-96, set./dez.

FJP - Fundação João Pinheiro (2013). Acessado em 9 de setembro de 2013 de: www.fjp.mg.gov.br

FNQ - Fundação Nacional da Qualidade (2008). Cadernos Rumo à Excelência: Introdução ao Modelo de Excelência da Gestão (MEG). São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade.

Lunheim, Rolf (2002). Operationalising Corporate Social Responsibility. In: Visions of Ethical Business. Financial Times Prentice Hall.

Martinelli, Antônio C (1997). Empresa-Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: Ioschpe, Evelyn B (Org.). 3º Ramo: desenvolvimento social sustentado, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MEG – Modelo de Excelência em Gestão (2013). Acessado em 12 de setembro de 2013 de: www.mbc.org.br/mbc/uploads/biblioteca/1300823597.7285A.pdf

Melo Neto, Francisco P. de; Froes, César (1999). Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do terceiro ramo. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Oliveira, José Arimatés de (1984). Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. RAE - Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 24, n.4, p.203-210, out/dez.

Orchis, Marcelo A.; Yung, Maurício T.; Morales, Santiago C. (2002). Impactos da Responsabilidade Social nos Objetivos e Estratégias Empresarias. *In:* Garcia, Bruno Gaspar et al. Responsabilidade Social das Empresas: A contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis.

Queiroz, Helena Maria Gomes (2013). A Responsabilidade Social no Ensino Superior: um estudo de caso em Instituições de Ensino Superior em Belo Horizonte, Minas Gerais. Tese (doutorado) – Programa de Doutorado em Educação - Universidad de la Empresa, Montevideo, Uruguay.

Sordi, Mara Regina Lemes de (2005). A Responsabilidade Social Como Valor Agregado do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação: o confronto entre Formar E Instruir. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Ano 23, N. 34, abril.

Toldo, Mariesa (2002). Responsabilidade Social Empresarial. *In:* GARCIA, Bruno Gaspar et al. Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis.

Vallaey, François (2006). Que significa responsabilidade social universitária? Revista Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 35-55, junho.